

LUTA POLÍTICA E ANTICOMUNISMO: A REPRESSÃO AO GRUPO DOS ONZE NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES

HERBERT SOARES CAÇADOR*

Introdução

A criação dos Grupos de Onze Companheiros foi estimulada em todo o Brasil a partir de novembro de 1963, por Leonel Brizola, então deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e tinha como objetivo principal organizar o povo para lutar pelas reformas de base, em especial a agrária e a urbana e contra possíveis tentativas de golpes de estado.

A carreira política de Leonel Brizola teve rápida ascensão no Rio Grande do Sul, onde participa da fundação do PTB e posteriormente se elege deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre em 1955 e governador do estado em 1958. Seu período como governador ficaria marcado pela “Campanha da Legalidade”, movimento organizado para garantir a posse do vice-presidente João Goulart (PTB), logo após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Em 1962, foi eleito deputado federal, agora pelo antigo estado da Guanabara, período em que se tornara destacado líder das esquerdas no Brasil.

Inserido no contexto do conturbado governo do presidente João Goulart, o Grupo dos Onze¹, por ter sido um movimento de rápida duração num período com variados acontecimentos polêmicos, acabou sendo pouco estudado pelos historiadores.

O presente artigo analisa a formação do Grupo dos Onze no município de Muniz Freire (ES) e as posteriores consequências de sua criação, tais como: repressão política e social e a sua ligação ao comunismo.

A formação do Grupo dos Onze no Brasil

A instabilidade política foi a tônica dos anos 60 no território brasileiro, provocada principalmente pela renúncia do presidente Jânio Quadros, seguida da polêmica posse e governo do presidente João Goulart e por fim, o Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964. Em fins de 1963, na rádio Mayrink Veiga, o deputado federal Leonel Brizola pregava para todo país sobre a importância da organização para que as massas populares se libertassem da pobreza e exploração internacional.

* Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES).

¹ Os grupos também foram chamados de Grupo de Onze, Comandos Nacionalistas, Grupos dos Onze Companheiros, Grupos de 11, G-11 e Grupos dos Onze. O presente trabalho vai citá-lo sempre como “Grupo dos Onze”, nome pelo qual ficou conhecido na cidade de Muniz Freire (ES).

A citada rádio foi adquirida pela Frente de Mobilização Popular (FMP), organização criada para unir as esquerdas e pressionar pelas reformas de base, e era usada por Brizola para pregar contra a ação dos conservadores e defender as reformas. O clima político no país era de intensa radicalização. A política de conciliação do presidente João Goulart era intensamente combatida, onde “as esquerdas, agrupadas na FMP e lideradas por Leonel Brizola, atacavam duramente João Goulart. As direitas, por sua vez, avançavam no processo conspiratório” (FERREIRA, 2009: 100).

Aproveitando a grande audiência de suas pregações na rádio, Brizola lança a ideia de formar os “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas” em todo o Brasil. Em manifesto² lido no dia 29 de novembro de 1963, o deputado explicava as atividades que deveriam ser realizadas pelos grupos.

A ideia de formar o grupo com onze pessoas foi inspirada no esporte mais popular do país, o futebol. Entre os onze, um seria escolhido o capitão, exatamente como no futebol. O tempo era escasso, visto que Brizola já imaginava que um golpe vindo de setores conservadores da sociedade se aproximava. Por isso, ligar o grupo ao esporte foi a maneira utilizada para aproximá-lo das massas, que conhecendo profundamente o futebol, se mobilizaria com mais facilidade.

Inicialmente, dois ou três integrantes partilhando das mesmas ideias deveriam procurar outros componentes para assim formar o grupo com onze integrantes. Após a reunião que fundaria o grupo, era necessário registrar em ata o nome de todos, além de escolher um capitão e um substituto para ele. Terminada a etapa inicial, informariam de imediato por meio de carta ou pessoalmente, a criação do grupo ao deputado Brizola, na sede da rádio Mayrink Veiga. A sede do grupo seria a própria residência dos membros. Para dar prosseguimento a organização, era de vital importância acompanhar as transmissões da rádio, onde Brizola entrava no ar toda sexta-feira, às 21h30 e encaminhava as diretrizes a serem seguidas pelos adeptos do grupo.

Os principais objetivos seriam atingidos através da atuação organizada dos membros. Defender o país contra possíveis tentativas de golpes era uma das principais missões dos grupos. Outro fator primordial defendido pelo Grupo dos Onze eram as reformas de base, com destaque para a agrária e urbana.

² MANIFESTO DO GRUPO DE ONZE COMPANHEIROS. In: Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

O Grupo dos Onze estava sendo organizado abertamente via rádio para todo o país, o que logo provocou reações antagônicas, até mesmo entre a esquerda brasileira. O número total de participantes é incerto, mas cálculos do professor Cibilibs Viana, que fazia parte da organização, informam que as vésperas do golpe, “[...] já haviam se formado cerca de 100 mil Grupos dos Onze em todo o Brasil” (LEITE FILHO, 2008: 255). Dados do ex-deputado Neiva Moreira, aliado de Brizola, informam que “[...] cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em grupo de onze companheiros” (FERREIRA, 2007: 559).

Os jornais brasileiros atacavam sistematicamente os grupos, sempre os associando ao “Comunismo e guerra revolucionária [...]” (FERREIRA, 2007: 560). Vale ressaltar que Brizola não era comunista, e sim um entusiasta do trabalhismo iniciado no governo de Getúlio Vargas. De fato, o grupo também não era comunista e não tinha unanimidade entre as esquerdas, nem mesmo dentro do próprio PTB, partido de Leonel Brizola:

A proposta de Leonel Brizola foi recebida de maneira positiva pela AP, Polop, tendências trotskistas, deputados do Grupo Compacto e pelo movimento dos sargentos. Os comunistas do PCB, no entanto, criticaram duramente a iniciativa. O “grupo de onze companheiros” era uma resposta de Leonel Brizola ao crescimento de suas bases de apoio cada vez mais à esquerda, o que incomodava o próprio PTB. (FERREIRA, 2007: 559).

O período correspondente ao governo de João Goulart (1961-1964) foi marcado pelo auge da associação de toda esquerda brasileira como sendo comunista, já que não se levava em conta as várias correntes políticas no interior da própria esquerda. A partir dessa concepção era organizada intensa propaganda anticomunista, alardeada por diversos setores da sociedade como Igreja Católica, Partidos Políticos e imprensa.

A origem do anticomunismo brasileiro se dá logo após a Revolução de 1917. Assim que os bolcheviques tomaram o poder, a imprensa brasileira, apoiada por setores conservadores, iniciou o processo de ataque ao comunismo. Coube, porém, ao catolicismo o papel de principal opositor:

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. (MOTTA, 2000: 18).

A onda anticomunista se intensificou com a Guerra Fria, conflito ideológico travado entre Estados Unidos e União Soviética, que dividiu o mundo entre os adeptos do capitalismo

e comunismo. A neutralidade não era permitida naquele momento e o fato de Cuba ter se posicionado ao lado da União Soviética fez com que a direita brasileira acusasse as esquerdas de lutarem pela instalação de um regime similar ao cubano no Brasil, o que causou preocupação no governo dos Estados Unidos, que por não aceitar “[...] outra Cuba na América Latina tornou a região uma espécie de palco secundário da Guerra Fria” (FICO, 2014: 29).

A disputa política e o conservadorismo em Muniz Freire (ES)

A propagação do anticomunismo na década de 60 espalhava-se por todo o Brasil e também chegou ao município de Muniz Freire. Os muniz-freirenses, como são chamados os que residem no município, também foram afetados pelo discurso nacional e o clima tenso na política local também provocou intensa oposição a já demonizada ideologia comunista. O município, formado na sua maioria por descendentes de imigrantes italianos, tem forte ligação com o catolicismo e uma vida política recheada de conflitos desde os primórdios da sua povoação no século XIX.

A sociedade muniz-freirenses era extremamente conservadora na época. A oligarquia local cresceu com o apoio do conservador padre José Bazzarella, que além de não tolerar protestantes, maçons e espíritas, influenciava a política do município com o objetivo de favorecer os candidatos ligados à oligarquia local e estadual. O membro do Grupo dos Onze de Muniz Freire, Renato Viana Soares, ilustra parte do conservadorismo existente na sociedade da época:

Eu descendia da linhagem de oposição, mais popular até no esporte – éramos do Comercial Sport Club. Além disso, meu avô Demerval era combatido por ser protestante. O outro avô, materno, João Viana, era kardecista, odiado pela oligarquia, porque era Coletor de Impostos e insistia em cobrar os fazendeiros. O padre também não gostava dele, porque comemorava o carnaval. O meu pai, Jair, também brigou com o padre Bazzarella. Foi excomungado. Ou seja, eu tinha tudo para não ser aceito pela oligarquia. O que amenizava era o catolicismo militante de minha avó Risoleta e de minhas tias, principalmente a professora Enoe, líder da Pia União das Filhas de Maria. Ela chegou a fazer um acordo com o padre para que eu fizesse a primeira comunhão, não aos 7, como era hábito, mas aos 13 anos, de terno creme – não podia o branco porque já era “pecador”. Mesmo assim, eu continuava a frequentar e escola dominical dos batistas, levado por meu avô... Portanto, com essa “herança” familiar, liderando greves de estudantes em Castelo e sendo demitido do ginásio acusado de ter “afirmado” que o homem “descendia do macaco”, a síntese era óbvia: “é comunista!”.³

³ SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 23 de setembro de 2013.

A partir de 1962 essa oligarquia começa a perder força no município. O PTB, partido mais popular e que se opunha a ela, elegeu o prefeito e o vice-prefeito, impondo uma derrota inédita à oligarquia local, fortemente ligada ao PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), partidos mais próximos aos setores conservadores e importantes para a posterior deposição do presidente João Goulart.

A eleição municipal de 07 de outubro de 1962 é até hoje a mais disputada na história de Muniz Freire e demonstra a profunda divisão da sociedade. PTB, PSD e UDN mediram forças nas eleições de prefeito e vice-prefeito, já que havia eleições separadas para ambos os cargos. O candidato a prefeito pelo PTB, Antônio Ferreira Sobrinho, foi eleito por uma diferença de apenas 48 votos em relação a José Ávila e Silva, candidato do PSD⁴. Em terceiro lugar ficou o candidato da UDN, Aristóteles Aguiar. A vitória do PTB em 1962 foi a primeira do partido em sua história no município, quebrando uma sequência de dois mandatos seguidos do PSD. Além de perder a eleição para prefeito, as oligarquias locais ligadas ao PSD e UDN, até então imbatíveis, sofreram outra derrota na eleição para vice-prefeito. Rômulo Araújo (PTB) venceu Alyrio Ribeiro Soares (PSD) e João Batista Frignani (UDN), o que aumentou a rivalidade política no município.

O apoio ao Golpe de 1964

Com a eclosão do Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964, a Câmara Municipal de Muniz Freire se apressou e na sessão ordinária de 06 de abril de 1964 aprovou um manifesto de apoio ao golpe. O manifesto é uma reprodução daquilo que se divulgava nacionalmente, ou seja, para os vereadores de Muniz Freire, o golpe também se justificava pelo fato de livrar o país dos comunistas.

Nas atas da Câmara Municipal é possível observar que os vereadores conclamaram os líderes militares a tomarem medidas enérgicas contra os “elementos comunistas” que estavam ao lado do governo constitucional do presidente João Goulart:

Ouvindo o plenário a Câmara Municipal, fica registrado moção de solidariedade aos briosos militares e aos ilustres governadores de Estados membros da Federação que, na defesa da constituição, atuaram no sentido de extirpar do poder público os elementos nitidamente comunistas, cujo elementos nocivos só traziam intranquilidade, perturbando a paz da família brasileira, aniquilando o princípio de autoridade e desagregando as Forças Armadas com o propósito de se perpetuarem no poder. [...] A Câmara Municipal de Muniz Freire, ainda, aprova mensagem aos responsáveis dirigentes que promoveram o afastamento dos

⁴ BAZZARELLA, Carlos Brahim. A História de Muniz Freire. 2003, p. 51.

*comunistas do poder público, que adotem providências enérgicas no sentido de expurgar de uma vez por tôdas, todos êsses elementos comprovadamente comunista que conspiram contra o regime democrático no Brasil.*⁵

O manifesto foi aprovado pelos vereadores José de Lima (UDN), João Martins (PRP), José Gomes da Silva (PSD), Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), Anestor Machado de Ávila (PTB), Aladim José de Souza (PTB) e José Gomes (PTB). Um vereador faltou à sessão e outro, Walfredo Ribeiro Soares, então líder do PTB, se posicionou contra, sendo o mesmo aprovado por sete votos favoráveis e um contrário. Porém, na sessão de 05 de maio de 1964, o referido vereador muda a sua posição e pede para constar em ata um voto de solidariedade da bancada do PTB ao presidente Castelo Branco.

O Poder Executivo também se manifestou a respeito do golpe. Ao ser questionado por ofício pela Câmara Municipal, sobre qual seria a sua posição perante os novos acontecimentos, o prefeito municipal, Antônio Ferreira Sobrinho (PTB), enviou a Câmara, no dia 14 de abril de 1964, a sua posição, onde entre outras palavras, disse:

*Tenho a grata satisfação de responder o seu ofício nº 2/64 datado de 8/4/64, referente a minha posição face aos últimos acontecimentos políticos e que culminaram com a revolução vencida pelos bravos militares de nossas Forças Armadas. Pelo que tenho observado, a revolução tem rumo certo e o seu principal objetivo é: 1º Expurgar o comunismo de nossos meios. 2º Manter a democracia a qualquer preço. 3º Punir os dilapidadores dos cofres públicos. Honro-me em vos afirmar que estive estou e estarei sempre solidário e ao lado das forças que pugnarem por êstes princípios e direito que é o marco da civilização brasileira [...].*⁶

Dos oito vereadores que se posicionaram a favor dos militares, cinco eram do PTB, mostrando que os vereadores locais e o prefeito petebista, influenciados pelo discurso anticomunista e pela “revolução”, esqueceram a rivalidade local e não seguiram o próprio partido, optando pelo pragmatismo de apoiar quem havia tomado o poder.

Observa-se então que o golpe se justificava para os políticos de Muniz Freire devido ao “perigo comunista” e a perseguição a estes “elementos” era aprovada por dois importantes segmentos da sociedade. De fato, “[...] não há dúvida de que o anticomunismo se constituiu no argumento central do golpe [...]” (MOTTA, 2000: 271).

A formação do Grupo dos Onze em Muniz Freire

⁵ Ata da 3ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Muniz Freire, em 06/04/1964. Disponível em: <www.camaramunizfreire.es.gov.br>. Acesso em 24 set. 2013.

⁶ Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Muniz Freire realizada em 20/04/1964. Disponível em: <www.camaramunizfreire.es.gov.br>. Acesso em 24 set. 2013.

Em meio a milhares de grupos se formando em todo o país, o Grupo dos Onze fundado em Muniz Freire teve os seguintes membros: Jonatas Ribeiro Soares (Capitão do grupo), Ângelo Cizotto, Carlinho José de Arêas, Ilton Vieira, Jair Ribeiro Soares, Lino Ribeiro Soares, Mario Ribeiro Soares, Mauro Rodrigues de Oliveira, Nelson Bolzan, Renato Viana Soares e Rômulo Araújo.

A criação do grupo, assim como em nível nacional, se deu a partir das mensagens que eram transmitidas por Brizola da rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro. A ideia de fundar um grupo em Muniz Freire partiu de Jonatas Ribeiro Soares, grande admirador de Leonel Brizola. Após o líder, os dois primeiros a assinarem a ata de formação foram o irmão e o sobrinho de Jonatas, Jair Ribeiro Soares e seu filho Renato Viana Soares. A adesão ao grupo, de forma geral, se deu principalmente pelo apoio as reformas de base, inconformismo com as injustiças sociais e o combate à oligarquia local.

Fundado o grupo, o segundo passo era registrar o nome de todos em ata para que a mesma fosse enviada para o deputado Leonel Brizola. A organização dos papéis ficava a cargo de Renato Viana Soares, o mais jovem do grupo, então com 19 anos e professor de Desenho e de Ciências Naturais do ginásio local. Segundo Renato, tudo foi formalizado e enviado ao Rio de Janeiro. A sede do grupo era a casa de seu líder, mas também foram realizadas reuniões na residência do membro Rômulo Araújo, então vice-prefeito do município.

Como os grupos foram criados no período democrático, as suas atividades eram abertas e os membros cumpriam o papel de divulgar as ideias de Brizola nas ruas, através de conversas e debates na praça central e no cinema da cidade. O jornal *Panflete*, semanário que divulgava ações da Frente de Mobilização Popular também chegou a ser encaminhado pelo grupo à população. Outros lugares usados para divulgação eram a ferraria de Ângelo Cizotto e a loja de Rômulo Araújo. O maior divulgador, no entanto, era o líder Jonatas, que mesmo possuindo um grave problema na visão (posteriormente ficou cego), circulava diariamente pela cidade a fim de expandir a mensagem de Brizola.

Os conservadores ligados ao PSD e a UDN eram os principais opositores do grupo. A disputa política local contribuiu para a construção do discurso de preconceito contra o grupo. A crescente força do PTB incomodava a oligarquia local, que mais tarde seria a responsável por denunciar o grupo aos militares.

Devido ao golpe que interrompeu o governo de João Goulart e o exílio de Brizola no Uruguai, o grupo de Muniz Freire também não teve tempo suficiente para se articular e realizar ações concretas. Os ideais de seus membros ficaram no campo das ideias e em reuniões informais, com exceção do membro Renato Viana Soares, que teve uma longa história de oposição a Ditadura Militar através de sua atuação como estudante universitário, militante do Partido Comunista Brasileiro e como jornalista, sendo perseguido e preso diversas vezes e por fim, partindo para o exílio de oito anos na Europa.

A perseguição contra o grupo muniz-freireense

A ligação do Grupo dos Onze de Muniz Freire ao comunismo, assim como nacionalmente, se fortaleceu com a implantação da Ditadura Militar. A denúncia que provocou a perseguição oficial ao Grupo dos Onze local não tardou em chegar, sendo a disputa política local a responsável pelo seu surgimento. Como já informado, o prefeito e o vice-prefeito eram do PTB, sendo que o vice-prefeito também era membro do Grupo dos Onze. Renato Viana Soares afirma que a denúncia partiu do promotor público Deo Schneider em aliança com o presidente da Câmara Municipal José de Lima⁷. O líder do grupo, Jônatas, segue a mesma linha:

Foi uma denúncia assinada pelo presidente da Câmara Municipal na época, José de Lima [...]. Ele queria ser o prefeito. Como o vice-prefeito Rômulo de Araújo participava do grupo, ele achava que o prefeito também estava envolvido. Se isso acontecesse, como presidente da Câmara ele assumiria o mandato. Mas o prefeito não foi envolvido.⁸

Por sua vez, o ex-vereador José de Lima alega que “foi um grupo político e não uma pessoa sozinha”⁹, o responsável pela denúncia.

O golpe provocou grande polêmica na sociedade e os membros do grupo foram convocados a prestar esclarecimentos na delegacia. Fichas policiais¹⁰ informam que no dia 06 de abril de 1964, o líder Jonatas prestou esclarecimentos na Delegacia de Polícia, seguido de Ângelo, Carlinho, Lino, Mario e Nelson. Rômulo no dia seguinte e Mauro no dia 09 de abril. As fichas de Renato, Jair e Ilton, não informam a data de seus depoimentos à polícia.

⁷ SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 23 de setembro de 2013.

⁸ SOARES, Jonatas Ribeiro. *Jonathas, o preso político que Camata levou à posse*. Reportagem especial do jornal *A Gazeta*, quarta-feira, 16 de março de 1983.

⁹ LIMA, José de. Entrevista concedida por e-mail a Herbert Soares Caçador, em 07 de novembro de 2013.

¹⁰ Fundo DOPS, CAIXA 31. Série Investigações Criminais; Subsérie Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.

Após os esclarecimentos, instalou-se no dia 14 de julho de 1964 o Inquérito Policial Militar. O processo transitou na 3ª Auditoria Militar, no Rio de Janeiro, e ocorreu à revelia, visto que os membros não tiveram condições financeiras de estarem presentes e nem para contratar um advogado.

A denúncia contra o Grupo dos Onze de Muniz Freire foi notícia fora do Espírito Santo. O *Jornal do Brasil*, com sede no Rio de Janeiro e um dos mais influentes do país, repercutiu a notícia em 19 de fevereiro de 1965:

O Promotor da 3ª Auditoria de Guerra, Sr. Benjamin Sabat, denunciou por crime de subversão e como incursos na Lei de Segurança Nacional os civis Jônatas Ribeiro Soares, Renato Viana Soares, Jair Ribeiro Soares, Rômulo de Araújo, Carlinhos José de Areias, Hilton Vieira, Ângelo Cizzoto, Mauro Rodrigues de Oliveira e Nelson Balzan. Segundo a denúncia, que será apreciada pelo Juiz-Auditor Jacob Goldemberg, os "acusados constituíram-se, no Município de Muniz Freire, Espírito Santo, no chamado Grupo dos 11 que, subordinado ao ex-Deputado Leonel Brizola, era do tipo militar e se destinava a atividades revolucionárias".¹¹

A referida notícia não menciona o nome de dois participantes do grupo: os irmãos Lino Ribeiro Soares e Mario Ribeiro Soares. Os dois foram excluídos do processo, sendo que Mario era serventário da Justiça e Lino funcionário do posto de saúde local. A causa da exclusão sempre foi um mistério até para os envolvidos. Lino faleceu em 1967 e Mario afirma não saber o motivo de ter sido excluído do processo:

Até hoje eu desconheço porque razão eu e o Lino fomos dispensados e não fomos processados. Desconheço quem nos protegeu. Verdadeiramente eu não sei. Disseram que eu dei dinheiro para sair fora e eu nem tinha dinheiro pra isso. O dinheiro que tinha era para criar os meus seis filhos. Se alguém me ajudou, infelizmente eu não fiquei sabendo.¹²

No julgamento, o advogado de defesa do grupo, nomeado pela própria Justiça Militar, Abraham Obadia, baseou a defesa no fato de que os membros apenas assinaram uma folha, chegando a indagar aos militares: "Por que punir os pequenos que apenas seguiam, pacificamente, as idéias políticas do ex-parlamentar Leonel Brizola?"¹³. Segundo a própria sentença e jornais da época, a condenação se concretizou pelo simples fato dos membros terem constituído um grupo. Sem direito a ampla defesa, os nove réus foram julgados à revelia e condenados no dia 28 de janeiro de 1966. A condenação pela Justiça Militar foi

¹¹ *Jornal do Brasil*, 19-2-1965, p.15.

¹² SOARES, Mario Ribeiro. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 18 de agosto de 2013.

¹³ *Correio da Manhã*, 29-1-1966, p.10.

baseada na “infração” do Art. 24, da Lei 1802/53 (Segurança Nacional), sendo o líder do grupo condenado a um ano de prisão e os demais a pena de seis meses.

Os primeiros dias de cumprimento da pena foram na Delegacia de Polícia local e o restante nas dependências do Fórum de Muniz Freire, com exceção de Renato, que ficou preso no quartel do Corpo de Bombeiros, na capital Vitória. Em Muniz Freire os membros contaram com a ajuda do Juiz de Direito, Arione Vasconcellos Ribeiro, que permitiu a eles condições dignas na prisão. Diferente de outros casos do período, os presos políticos de Muniz Freire não sofreram torturas e foram respeitados durante o cumprimento da pena. Segundo os membros Arione era um juiz democrata e permitiu situações no mínimo curiosas na prisão:

O juiz de Muniz Freire era o dr. Arione Vasconcelos Ribeiro e nos tratou muito bem. Inclusive, levava até a própria esposa para nos visitar. Ele também fazia vista grossa para os casados que fugiam do fórum de madrugada e voltavam antes do amanhecer para passar umas horas com as esposas. Ele não só deixava que eu visitasse a minha namorada em Piaçu, como até emprestava o carro para me levar.¹⁴

A liberdade com o fim da pena trouxe alívio, mas logo a ligação do grupo com o comunismo voltaria à tona na vida dos que permaneceram em Muniz Freire. O preconceito da sociedade em relação ao grupo aumentou com a saída da prisão. Os membros, pelo menos naquele tempo, pouco sabiam dos ideais defendidos pelo comunismo, mas mesmo assim continuaram a ser perseguidos com essa ligação.

A sociedade conservadora usou de diversos mecanismos para reprimir socialmente os membros condenados. Até os que não experimentaram a condenação e prisão, relatam as dificuldades em se inserir na sociedade sem ser discriminado como “comunista”. As consequências da ligação com o comunismo vão desde a discriminação, passando por humilhações até a perda de emprego.

O membro Jair Ribeiro Soares era motorista na Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e foi demitido¹⁵. Renato trabalhava no ginásio local e também foi demitido. A família de Ilton Vieira contraiu dívidas, e o mesmo vendeu sua propriedade ao sair da prisão para quitá-las e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde virou operário¹⁶. Com exceção de dois membros solteiros, os demais tinham família e com a prisão a maioria teve dificuldade até para suprir as

¹⁴ SOARES, Jonatas Ribeiro. *Jonathas, o preso político que Camata levou à posse*. Reportagem especial do jornal A Gazeta, quarta-feira, 16 de março de 1983.

¹⁵ Requerimento de anistia N.º: 2003.01.15319.

¹⁶ Requerimento de Anistia n.º 2009.01.63514.

necessidades básicas dos familiares. As marcas do sofrimento ainda estavam presentes na vida do membro Nelson Bolzan no final da década de 90:

Eu tinha 8 filhos pequenos, e nesta época, minha mulher ficou doente, então foi um sofrimento muito grande, quase não tinham o que comer. Me chamavam de comunista e a minha família também era chamada de comunista. Ninguém queria me dar serviço, tive que ir em Vitória no Ministério do Trabalho, então consegui emprego na construção de estradas, onde depois de um tempo fui atropelado por uma basculante e fiquei muito doente.¹⁷

Mesmo no fim da ditadura, onde a liberdade começava a ser vislumbrada, o anticomunismo muniz-freireense mostrou a sua face e novamente se manifestou contra Renato Viana Soares:

Quando voltei do exílio, escrevi e publiquei um livro de poemas – Sentido da volta. Na minha ingenuidade, queria lançá-lo na festa de Muniz Freire. Afinal, a ditadura tinha acabado e o meu retorno ao Espírito Santo gerou páginas nos jornais e entrevistas no rádio e na televisão. Mas o prefeito da época proibiu que o lançamento do livro constasse no convite da festa e também que o serviço de auto-falantes sequer mencionasse o fato. Ainda recebi um recado para não insistir, pois o delegado de polícia já havia sido alertado. Desafiei: fui para o meio da praça, sob aquelas árvores centenárias do jardim, com uma mesinha e algumas cadeiras, mais um pequeno grupo de amigos e parentes, falei e assinei dedicatórias nos livros. Penso que essa atitude era um reflexo já mitigado do que sentiam por nós. Outro exemplo: a Prefeitura – ou a Câmara – tem (ou tinha) um título honorífico, acho que se chama “Munizfreireense ausente Nº 1”. Soube que, à minha revelia, quiseram me atribuir essa honra. Foi vetada sob o pretexto de que eu seria comunista [...].¹⁸

O Estado Brasileiro, por meio da Comissão de Anistia pediu desculpas oficiais a alguns dos membros e declarou Renato, Jair (post mortem), Ilton (post mortem), Nelson (post mortem), Mauro e Jonatas anistiados políticos, com direito a reparação econômica.

Considerações finais

Devido à rapidez do Golpe Civil-Militar, os Grupos de Onze Companheiros espalhados pelo país não tiveram tempo suficiente para produzir algo concreto. Os seus membros, na maioria dos casos, apenas admiradores de Leonel Brizola, foram chamados pejorativamente de comunistas e até de perigosos terroristas. No município de Muniz Freire, ainda sobrevive à associação Grupo dos Onze e Comunismo, fruto de uma construção de décadas. A disputa política local, o conservadorismo ligado a Igreja Católica, a pesada propaganda anticomunista e o pouco estudo que existe sobre o assunto são os mecanismos que contribuem para que essa associação ainda permaneça na sociedade muniz-freireense.

¹⁷ BOLZAN, Nelson. Entrevista concedida a turma do Curso de Magistério da Escola de 1º e 2º Graus Profª Lia Therezinha Merçon Rocha.

¹⁸ SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Herbert Soares Caçador, em 23 de setembro de 2013.

A campanha difamatória contra os comunistas, fortalecida principalmente com a Guerra Fria, onde Estados Unidos e União Soviética se digladiavam ideologicamente, também se fez presente na pequena cidade do sul do Espírito Santo. Em Muniz Freire, associar o comunismo com tudo que havia de negativo também se fortaleceu e os maiores prejudicados com essa ligação, nem seguidores da ideologia comunista eram naquele momento.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.
- BAZZARELLA, Carlos Brahim. **A História de Muniz Freire**. 2003.
- CAÇADOR, Herbert Soares. "**Comunistas e Subversivos?**": Um estudo sobre a manutenção do preconceito ao Grupo dos Onze em Muniz Freire - ES. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Centro Universitário São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim.
- FERREIRA, Jorge. **Panfleto: as esquerdas e o "jornal do homem da rua"**. Varia Historia, Belo Horizonte, v.26, n.44, p.619-638. Jul/dez. 2010
- FERREIRA, Jorge. **Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular**. Porto Alegre, v.16, n.29, p.81-124. Anos 90. 2009.
- FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)** - (coleção as esquerdas no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FILHO, FC Leite. **El Caudillo – Leonel Brizola: Um perfil biográfico**. Porto Alegre: Aquariana, 2008.
- MANIFESTO DO GRUPO DE ONZE COMPANHEIROS. In: **Panfleto. O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, n. 1, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15**. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ### Acervos Públicos
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo DOPS, CAIXA 31. Série Investigações Criminais; Sub-série Crimes Políticos; Dossiê Grupo dos Onze.
- Casa da Cultura de Muniz Freire. Requerimentos de Anistia de membros do Grupo dos Onze.

Câmara Municipal de Muniz Freire. Atas da 3º, 4º e 5º Sessões Ordinárias. Abril de 1964.

Cartório do Crime – Comarca de Muniz Freire. Carta Precatória nº 368, da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar.

Hemeroteca Digital Brasileira: Jornal do Brasil (Fevereiro de 1965 e Janeiro de 66), Correio da Manhã (Janeiro de 1966).

Memória O Globo: Abril de 1964.